



**TJPR**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ

# BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

TURMAS RECURSAIS DOS  
JUIZADOS ESPECIAIS

ANO VII | N. 21 | out./nov./dez. de 2023

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **Cúpula Diretiva – Biênio 2023-2024**

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente do Tribunal de Justiça*

Desembargadora Joeci Machado Camargo– *1º Vice-Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres– *2ª Vice-Presidente*

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa – *Corregedor-Geral da Justiça*

Desembargador Roberto Antônio Massaro – *Corregedor da Justiça*

Desembargador Fernando Ferreira de Moraes – *Ouvidor-geral*

Desembargador Ruy Alvez Henriques Filho – *Ouvidor*

### **Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná**

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa

Juiz Felipe Forte Cobo

Juíza Jeane Carla Furlan

Juiz Fernando Swain Ganem

Aline Batista Pereira – *Secretária*

### **Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca**

Desembargador Gamaliel Seme Scaff - *Presidente*

Desembargador Jorge de Oliveira Vargas

Desembargador Fabio Haick Dalla Vecchia

Desembargador Mario Nini Azzolini

Desembargador Fabio Marcondes Leite

Desembargador Ruy Alves Henriques Filho

Desembargador Anderson Ricardo Fogaça

Alexandre Correa Rodrigues - *Secretário*

## **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**

Praça Nossa Senhora de Salette, S/N

Centro Cívico | Curitiba – Paraná

CEP 80.530-912

Fone: (41) 3200-2000

<https://www.tjpr.jus.br/>

O Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Paraná é uma publicação eletrônica de caráter informativo, com periodicidade trimestral. Desenvolvido em conjunto pela 2ª Vice-Presidência e pelo Departamento de Gestão Documental, o boletim reúne e destaca as principais decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, abordando temas de especial relevância para a comunidade jurídica.

O conteúdo disponibilizado no Boletim não substitui as publicações do Diário da Justiça Eletrônico, nem constitui um repositório oficial de jurisprudência.

Desembargador Fernando Antônio Prazeres - *2º Vice-Presidente - Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais*

Fernando Scheidt Mäder - *Diretor do Departamento de Gestão Documental*

### **Projeto**

2ª Vice-Presidência

Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental

### **Pesquisa, organização e editoração eletrônica**

Vânio Pedroso Severo - *Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental*

Carla Daniela Kons Franco – *Seção de Tratamento e Divulgação de Jurisprudência*

Mateus Costa de Oliveira – *Estagiário de graduação*

Rachel Levandoschi Motta – *Estagiária de graduação*

<https://www.tjpr.jus.br/jurisprudencia-inicio>

[jurisprudencia@tjpr.jus.br](mailto:jurisprudencia@tjpr.jus.br)

# SUMÁRIO

<b>TURMA RECURSAL REUNIDA .....</b>	<b>5</b>
<b>TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....</b>	<b>7</b>
1. ACIDENTES DE TRÂNSITO .....	7
2. CONSÓRCIO .....	11
3. BANCÁRIO.....	15
4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE.....	19
5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO .....	25
6. MATÉRIA RESIDUAL .....	28
7. PLANOS DE SAÚDE.....	33
8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO .....	37
9. TELECOMUNICAÇÕES.....	40
10. FAZENDA PÚBLICA.....	46
11. CRIMINAL.....	49
12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	52

## TURMA RECURSAL REUNIDA

DECISÃO MONOCRÁTICA. TURMA RECURSAL REUNIDA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTO ENTRE JULGADOS DA 4ª E DA 6ª TURMA RECURSAL DO PARANÁ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 18 DA LEI Nº 18.153/09. PROCEDIMENTO ESPECÍFICO INSUSCETÍVEL DE APLICAÇÃO ANALÓGICA. REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DESTE ESTADO (RESOLUÇÃO 02/2019 CSJE). HIPÓTESES APENAS DE ENUNCIADOS, JULGAMENTOS PRIORITÁRIOS POR MATÉRIA E BOLETIM INFORMATIVO COMO MECANISMOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (ARTIGO 28, INCISOS I A III). IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES DA TURMA RECURSAL REUNIDA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004257-13.2023.8.16.9000](#) - Arapongas - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 31.10.2023)**

TURMA RECURSAL REUNIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PROCESSAMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO PARA A INSTAURAÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 20 DA LEI FEDERAL Nº 12.153/2009. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. MERO INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004595-84.2023.8.16.9000](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 27.11.2023)**

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA DECISÃO COLEGIADA DA SEGUNDA TURMA RECURSAL. TURMA RECURSAL REUNIDA QUE NÃO ATUA COMO INSTÂNCIA REVISORA DOS JULGADOS DAS TURMAS RECURSAIS ISOLADAS. ART. 5º, III, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE MODIFICAR O ENTENDIMENTO APLICADO. PRECEDENTES. DECISÃO MONOCRÁTICA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0003544-38.2023.8.16.9000](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 11.12.2023)**

ESPECIAIS MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO COLEGIADA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO REGIMENTAL. ARTIGO 5º, INCISO III, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR. TURMA RECURSAL REUNIDA QUE NÃO ATUA COMO INSTÂNCIA REVISORA. PRETENSÃO DE REANÁLISE DO MÉRITO. SUBSTITUTIVO DE RECURSO. SÚMULA 267 DO STF. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS. INDEFERIMENTO DA INICIAL.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004896-31.2023.8.16.9000](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 15.12.2023)**

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. HABEAS CORPUS CRIMINAL CONTRA DECISÃO COLEGIADA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE MODIFICAR O ENTENDIMENTO APLICADO. PRECEDENTES. TURMA RECURSAL REUNIDA QUE NÃO ATUA COMO INSTÂNCIA REVISORA DOS JULGADOS DAS TURMAS RECURSAIS ISOLADAS. ART. 5º, III, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS. DECISÃO MONOCRÁTICA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0003699-41.2023.8.16.9000](#) - Araucária - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 02.12.2023)**

DECISÃO MONOCRÁTICA. MANDADO DE SEGURANÇA. VÍCIOS NÃO VERIFICADOS. MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO ÓRGÃO COLEGIADO DA 4ª TURMA RECURSAL DE FORMA UNÂNIME. TURMA RECURSAL REUNIDA NÃO ATUA COMO INSTÂNCIA REVISORA DAS DECISÕES DAS TURMAS RECURSAIS ISOLADAS. PRETENSÃO QUE CONSISTE EM REDISSCUSSÃO DO MÉRITO. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO ACOLHIDOS.

**(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004363-72.2023.8.16.9000](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS LUCIANA FRAIZ ABRAHAO - J. 07.11.2023)**

# TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

## 1. ACIDENTES DE TRÂNSITO

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 132 DO STJ NO CASO EM CONCRETO. AUSÊNCIA DE PROVA DA TRADIÇÃO DO BEM. DANO MATERIAL COMPROVADO. DANO MORAL AFASTADO. AUSÊNCIA DE MAIORES TRANSTORNOS AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0003784-04.2023.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 02.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ANTIGO PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO SINISTRADO. ACOLHIMENTO. TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO EM MOMENTO ANTERIOR AO EVENTO DANOSO. TRADIÇÃO QUE NÃO EXIGE PROVA SOLENE. PROVA SUFICIENTE NOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 132 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0011777-38.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 27.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO TRASEIRA. PRESUNÇÃO DE CULPA DE QUEM BATE ATRÁS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE E DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. LEGITIMIDADE PASSIVA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA LOCADORA. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SÚMULA 492 DO STF. DANO MATERIAL COMPROVADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0015533-04.2022.8.16.0035](#) - São José dos Pinhais - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CAMILA HENNING SALMORIA - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO TRASEIRA. CULPA DAS RÉS CONFIRMADA EM SENTENÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA LOCADORA RECONHECIDA (SÚMULA 492 DO STF). PREJUÍZO MATERIAL DEMONSTRADO PELO ORÇAMENTO. DESNECESSIDADE DE JUNTADA DE NOTA FISCAL. PRECEDENTE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. PEQUENA LESÃO NA CABEÇA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS). RECURSOS DO CASO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0004294-09.2022.8.16.0033](#) - Pinhais - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 30.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVASÃO DE PREFERENCIAL. CULPA EXCLUSIVA ADMITIDA PELA PARTE RÉ. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. GASTOS RELATIVOS A TRATAMENTO MÉDICO. DANOS MORAIS RECONHECIDOS. NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. SÚMULA N. 246/STJ. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001001-19.2021.8.16.0113](#) - Marialva - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. 1) PRELIMINARMENTE. PLEITO FORMULADO EM CONTRARRAZÕES DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – INOCORRÊNCIA – RECORRENTE QUE DECLINOUS OS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO QUE EMBASAM O PEDIDO DE REFORMA DO DECISÓRIO. 2) MÉRITO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CULPA EXCLUSIVA DO RECORRIDO – IMPOSSIBILIDADE – COLISÃO TRASEIRA – PRESUNÇÃO DE CULPA DO CONDUTOR QUE COLIDE NA TRASEIRA – PRECEDENTE DO STJ E JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR – PRESUNÇÃO DE CULPA NÃO AFASTADA – RECONSTRUÇÃO DOS FATOS A PARTIR DAS PROVAS FORMADAS NO PROCESSO QUE PERMITE CONCLUIR QUE O RECORRENTE NÃO GUARDOU A DISTÂNCIA NECESSÁRIA DO VEÍCULO DA FRENTE – CAUSA PRIMÁRIA E PREPONDERANTE DA COLISÃO – INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE CAUTELA DISPOSTO NO ARTIGO 29, INCISO II, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – ATO ILÍCITO CONFIGURADO. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO DO PEDIDO INICIAL, ANTE A CONSTATAÇÃO DA CULPA DO RECORRENTE NO SINISTRO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ARTIGO 46 DA LEI Nº 9.099/1995). RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0004637-86.2022.8.16.0103](#) - Lapa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRASEIRA DO ÔNIBUS COLETIVO QUE ATINGIU O AUTOR QUE ESTAVA TRAFEGANDO DE BICICLETA EM VIA URBANA. CAUSA PRIMÁRIA E EFICIENTE PARA O IMPACTO. TESTEMUNHA OCULAR QUE CONFIRMOU A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. INOBSERVÂNCIA DA REGRA DE CAUTELA DO CONDUTOR DE VEÍCULO DE PORTE MAIOR. RESPONSABILIDADE CIVIL EVIDENCIADA. LESÃO À INTEGRIDADE FÍSICA DO CICLISTA QUE CULMINOU NO SEU AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS POR LONGO PERÍODO. OMISSÃO DE SOCORRO. DANO IMATERIAL CONFIGURADO. CONECTIVOS LEGAIS. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA COM TERMO INICIAL DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚM. 362/STJ) E JUROS DE MORA CONTADOS DO EVENTO DANOSO (SÚM. 54/STJ). ENUNCIADO 1.B DAS TURMAS REUNIDAS. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0006923-96.2021.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 05.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. SEGURO DE VEÍCULO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA PELO ACIDENTE E DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDOS NA SENTENÇA. RECURSO DA AUTORA PARA RECONHECER A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA SEGURADORA. ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA EM RAZÃO DA EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR DO VEÍCULO SEGURADO. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA. INEFICÁCIA CONTRA TERCEIRO VÍTIMA DO SINISTRO. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0004785-27.2021.8.16.0170](#) - Toledo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TESE DE ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEIÇÃO. CONDUTOR DO VEÍCULO QUE DESCREVE E COMPROVA TER SUPOSTADO OS PREJUÍZOS MATERIAIS APONTADOS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ. MÉRITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OBJETO NA PISTA.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. EXISTÊNCIA DE IMAGEM DO OBJETO NA PISTA CAUSADOR DO ACIDENTE. CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE DEMONSTRA QUE A RECLAMANTE TEVE QUE MUDAR DE FAIXA PARA DESVIAR DO COMPONENTE. ATO OMISSIVO QUANTO AO DEVER DE GARANTIR A TRAFEGABILIDADE ADEQUADA DA PISTA. CULPA EXCLUSIVA DA CONDUTORA DO VEÍCULO NÃO DEMONSTRADA. DANO MATERIAL. COMPROVAÇÃO. JÚIZO SINGULAR QUE LEVOU EM CONTA O ORÇAMENTO DE MENOR VALOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0016154-98.2022.8.16.0035](#) - São José dos Pinhais - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 09.10.2023)**

## 2. CONSÓRCIO

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. ENCERRAMENTO DO GRUPO. DEVOLUÇÃO PARCIAL DOS VALORES PAGOS PELO CONSORCIADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES OFICIAIS. SÚMULA 35 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA DESDE O DESEMBOLSO. JUROS DE MORA. DEVIDOS A PARTIR DO 31º DIA APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO CONSORCIAL. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0050831-23.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 20.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSÓRCIO. CONSORCIADO EXCLUÍDO POR DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES COM A CONTEMPLAÇÃO OU ENCERRAMENTO DO GRUPO. ADVENTO DE CONTEMPLAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DO SALDO PARA A AUTORA POR EXTENSO LAPSO TEMPORAL. UTILIZAÇÃO DO VALOR PARA COMPENSAÇÃO COM DÍVIDA DA AUTORA. POSSIBILIDADE. DEMORA NA ENTREGA DE VALORES QUE AUMENTOU DÍVIDA DECORRENTE DE ENCARGOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE VALORAÇÃO DA EXTENSÃO DO DANO MATERIAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. IMPEDIMENTO DE FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE DANO MATERIAL. DANO MORAL PELA DEMORA NA LIBERAÇÃO DE VALORES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0006638-68.2023.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. COMPRA E VENDA DE CARTA DE CONSÓRCIO CONTEMPLADA. NEGOCIAÇÃO REALIZADA POR MEIO DE INTERMEDIÁRIOS. DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS PELO RECLAMANTE. MONTANTE QUE FOI RETIDO PELOS INTERMEDIÁRIOS EM RAZÃO DE SUPOSTAS DÍVIDAS EXISTENTES ENTRE OS CORRETORES ENVOLVIDOS. FATOR ALHEIO À RESPONSABILIDADE DA PROPRIETÁRIA DA CARTA COMERCIALIZADA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PELO MESMO CANAL ONDE FOI RECEBIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL LIMITADA APENAS AOS INTERMEDIADORES DO NEGÓCIO FRACASSADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0006657-23.2022.8.16.0112](#) - Marechal Cândido Rondon - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 15.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEDUZIDO SOMENTE EM SEDE DE RECURSO. MANIFESTA INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DO PEDIDO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO. MÉRITO. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. RESCISÃO CONTRATUAL RECONHECIDA. PEDIDO PARA RESTITUIÇÃO IMEDIATA DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 11.795/2008. DEVOLUÇÃO QUE É REALIZADA MEDIANTE A CONTEMPLAÇÃO EM SORTEIO OU APÓS O PRAZO DE TRINTA DIAS A CONTAR DO ENCERRAMENTO DO PLANO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0035133-55.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 02.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSÓRCIO. MUDANÇA DE SISTEMA. FINAL DO NÚMERO DO CELULAR DO RECLAMANTE DIVERGENTE. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE CÓDIGO DE SEGURANÇA VIA SMS PARA ACESSAR O PORTAL DO CONSORCIADO. DIVERSAS RECLAMAÇÕES INFRUTÍFERAS, INCLUSIVE JUNTO A GERÊNCIA DA CONTA. DIFICULDADE DO CONSUMIDOR EM OBTER O BOLETO PARA REALIZAR O PAGAMENTO POR TODOS OS MEIOS DISPONIBILIZADOS. EMPRESA DE COBRANÇA QUE NÃO TOMOU NENHUMA PROVIDÊNCIA DIANTE DAS INSURGÊNCIAS DO AUTOR QUANDO DAS COBRANÇAS REALIZADAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NA CADEIA DE CONSUMO. DANO MORAL CONFIGURADO NO CASO CONCRETO. QUANTUM QUE DEVE SER FIXADO EM R\$3.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESCUMPRIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA NÃO VERIFICADO. DISPONIBILIZAÇÃO DOS BOLETOS NO BOJO DOS AUTOS. DEVER DO AUTOR EM CONSULTAR O CADERNO PROCESSUAL PARA REALIZAR OS PAGAMENTOS. COBRANÇA DE JUROS E DEMAIS CONSECUTÓRIOS DE MORA INEXISTENTES. REPETIÇÃO DO INDÉBITO INDEVIDA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0005763-65.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 28.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR MORAIS. BANCÁRIO. COBRANÇA DE SERVIÇO DENOMINADO “CONSÓRCIO ITAÚ”. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA COMPROVADA (PIN). UTILIZAÇÃO DE SENHA PESSOAL E INTRANSFERÍVEL. COBRANÇA DEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. RESTITUIÇÃO DEVIDA APÓS A CONTEMPLAÇÃO DA COTA POR SORTEIO MENSAL, NOS MESMOS PARÂMETROS DO CONSORCIADO ATIVO OU EM ATÉ 60 DIAS A CONTAR DO ENCERRAMENTO DO GRUPO. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002624-85.2023.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSOS INOMINADOS. CONSÓRCIO. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NO IMPORTE DE 22% (VINTE E DOIS POR CENTO). AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 538 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA DA SENTENÇA NESTE PONTO. CLÁUSULA PENAL. INEXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO AO GRUPO. RESTITUIÇÃO DEVIDA SEM QUALQUER RETENÇÃO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DAS TURMAS RECURSAIS. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO RECLAMANTE. RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0026333-43.2021.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 13.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO. RESTITUIÇÃO DE VALORES APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO. RETENÇÕES. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANTECIPADA. OBSERVÂNCIA AO PERCENTUAL PREVISTO EM CONTRATO. CLÁUSULA PENAL INAPLICÁVEL. AUSÊNCIA DE PROVAS DO PREJUÍZO AO GRUPO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EFETIVO DESEMBOLSO. SÚMULA 35 DO STJ. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0026008-34.2022.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 25.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. RESCISÃO DE CONTRATO. PROMESSA DE ACEITAÇÃO DE VEÍCULO USADO COMO LANCE. EXIGÊNCIA, POSTERIORMENTE A CONTEMPLAÇÃO, DE RECEBIMENTO DO LANCE APENAS EM ESPÉCIE. REVELIA. CONFISSÃO QUANTO A MATÉRIA DE FATO. RECONHECIMENTO DA JUSTA CAUSA PARA A RESCISÃO DO CONTRATO E DO REEMBOLSO DE VALORES. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DAS ALEGAÇÕES CONSTANTES DA INICIAL. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. SITUAÇÃO QUE POSSUI O CONDÃO DE ATINGIR A HONRA SUBJETIVA. DANOS MORAIS RECONHECIDOS. INDENIZAÇÃO ARBITRADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0029802-63.2022.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 27.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. PRELIMINAR DE SENTENÇA ULTRA PETITA. REJEIÇÃO. MÉRITO RECURSAL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO CONFIGURADO. CLARA INDUÇÃO A ERRO DO CLIENTE. PROMESSA DE LIBERAÇÃO CÉLERE DOS VALORES DE QUE NECESSITAVA PARA A COMPRA DE CAMINHÕES. CONSTATAÇÃO DE QUE TAL PRÁTICA NÃO É ISOLADA, MAS SIM COMUM POR PARTE DE REPRESENTANTES DA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA A INDUÇÃO EM ERRO DO CONSUMIDOR. REEMBOLSO DO VALOR DE ENTRADA CABÍVEL SEM QUALQUER RETENÇÃO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. PRÁTICA ABUSIVA COM SENSÍVEL DOLO DE PREJUDICAR O CONSUMIDOR. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) QUE SE MOSTRA ADEQUADO AO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003764-30.2020.8.16.0209](#) - Francisco Beltrão - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 13.11.2023)**

### 3. BANCÁRIO

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS. BANCÁRIO. MANUTENÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. DEVOLUÇÃO DE CHEQUE POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. OBRIGAÇÃO ADIMPLIDA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA. CIÊNCIA DA QUITAÇÃO DO DÉBITO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA 548 DO C. STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 11 DAS TURMAS RECURSAIS/PR. QUANTUM FIXADO EM R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO DO TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0004516-78.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. SEGURO SUPER PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA SEGURADORA. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MODULAÇÃO DE EFEITOS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (EAREsp 676.608). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0008792-74.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. FRAUDE. TRANSFERÊNCIAS VIA PIX. PROCEDIMENTO DE SINCRONIZAÇÃO. ACESSO A DADOS PELO FRAUDADOR. MOVIMENTAÇÃO VULTOSA ATÍPICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO CASO EM COMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 479 STJ. DEVER DE RESTITUIR OS VALORES DEBITADOS. DANOS MORAIS NÃO DEMONSTRADOS NO CASO EM TELA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0007114-37.2022.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 17.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUTOR QUE TEVE CONTA CORRENTE ABERTA EM SEU NOME. FRAUDE INCONTROVERSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEVER DE AGIR COM CAUTELA ANTES DE PROCEDER A ABERTURA DA CONTA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 479 DO C. STJ. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM ARBITRADO EM R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS) QUE DEVE SER MINORADO PARA R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0011728-70.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 07.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. COBRANÇA DE TARIFAS ADMINISTRATIVAS EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DOS VALORES. IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DE “TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BEM”. APLICAÇÃO DA TESE FIRMADA NO TEMA 958 DO STJ. LAUDO GENÉRICO E SEM ASSINATURA. COBRANÇA INDEVIDA. COBRANÇA DE “TARIFA DE CADASTRO”. LEGALIDADE DA COBRANÇA NO INÍCIO DO RELACIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA ANTERIOR OU DA ONEROSIDADE EXCESSIVA. COBRANÇA REGULAR. COBRANÇA DE “TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO”. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.553-SP. REGULARIDADE DA COBRANÇA. COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0011226-02.2022.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 02.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. COBRANÇA DE TARIFAS ADMINISTRATIVAS EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRETENSÃO DE

REPETIÇÃO DOS VALORES. REGULARIDADE NA COBRANÇA DE “TARIFA DE CADASTRO”. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE RELACIONAMENTO ANTERIOR OU DA ALEGADA ONEROSIDADE EXCESSIVA. ÔNUS QUE INCUMBE AO CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE “ASSISTÊNCIA LIMITADA” E “SEGURO”. REQUERIDA QUE NÃO SE DESINCUMBIU A CONTENTO DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DOS TEMAS 958 E 972 DO STJ. DEVOLUÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DO TEMA 968 DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0004891-74.2022.8.16.0098](#) - Jacarezinho - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 02.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. BANCÁRIO. TRANSFERÊNCIA DE VALOR VIA PIX PARA CONTA DE TERCEIRO DESCONHECIDO. FRAUDE. CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA NÃO CONFIGURADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU PROVAS ACERCA DA SEGURANÇA, AUTENTICAÇÃO OU IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 479 DO STJ. RESTITUIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0003759-06.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. TRANSFERÊNCIAS VIA PIX A TERCEIRO MEDIANTE FRAUDE. COMUNICAÇÃO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA LOGO APÓS A OCORRÊNCIA. VEROSSIMILHANÇA DA NARRATIVA AUTORAL. TRANSAÇÕES SUSPEITAS EM VALORES EXPRESSIVOS REALIZADAS EM CURTO INTERVALO DE TEMPO. NÃO ATENDIMENTO AO PEDIDO DE BLOQUEIO CAUTELAR E ESTORNO DOS VALORES. RESOLUÇÕES 08/2021 E 147/2021 DO BCB. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTES DO STJ. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DEVER DE SEGURANÇA DO BANCO DO BRASIL. AUSÊNCIA DE CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA OU DE TERCEIRO. RESTITUIÇÃO MATERIAL DEVIDA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO BANCO INTER. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO VERIFICADO. FORTUITO EXTERNO. RECURSO

DO RÉU BANCO DO BRASIL DESPROVIDO. RECURSO DO RÉU BANCO INTER PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0003048-79.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 15.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO E TRANSFERÊNCIA VIA PIX. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA MEDIANTE APLICATIVO DO BANCO NÃO RECONHECIDA. INOVAÇÃO DIGITAL QUE PERMITE PROVA POR MEIO DE DOCUMENTO ELETRÔNICO. CPC, ART. 441. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO E DA TRANSAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA 479/STJ. INEXIGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES. RESTITUIÇÃO DO PREJUÍZO MATERIAL DEVIDA. DANOS MORAIS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000174-31.2023.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 27.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTA DO INSTAGRAM INVADIDA. TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DE TERCEIRO DESCONHECIDO, VIA PIX, APÓS ANÚNCIO FRAUDULENTO DE INVESTIMENTOS NO INSTAGRAM DE UM AMIGO. GOLPE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ARTIGO 14, § 3.º, INCISO II, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA NO DEVER DE INDENIZAR E RESTITUIR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0006441-12.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 20.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. BANCÁRIO. COBRANÇA DE DÍVIDA QUITADA. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. EXISTÊNCIA DE ANOTAÇÃO ANTERIOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 385 DO STJ. DANO MORAL INOCORRENTE. CONDENAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0024114-56.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 30.10.2023)**

## 4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DOS RECLAMANTES. PRELIMINARMENTE – APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES DE MONTREAL E VARSÓVIA APENAS NAS HIPÓTESES PREVISTAS E EM RELAÇÃO AOS DANOS MATERIAIS – LIMITAÇÃO QUE NÃO ALCANÇA A PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – APLICAÇÃO DO CDC – ENTENDIMENTO PACÍFICO DO C. STJ. MÉRITO. IMPEDIMENTO DE EMBARQUE EM VOO INTERNACIONAL – ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE PARENTESCO DIRETO COM FAMILIARES RESIDENTES NO PAÍS ESTRANGEIRO – PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19. RESTRIÇÃO NÃO INFORMADA NO MOMENTO DA VENDA DAS PASSAGENS – PASSAGEIROS QUE ERAM OFICIALMENTE CASADOS – COMPANHIA AÉREA QUE DESRESPEITOU O DEVER DE INFORMAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA – RESPONSABILIDADE DA TRANSPORTADORA RECONHECIDA. DEVIDA A RESTITUIÇÃO INTEGRAL DO VALOR REFERENTE ÀS PASSAGENS AÉREAS NÃO UTILIZADAS E ÀS DESPESAS ADICIONAIS – DANO MATERIAL DEVIDAMENTE COMPROVADO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS – SITUAÇÃO FÁTICA QUE ULTRAPASSOU OS LIMITES DO ABORRECIMENTO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – PASSAGEIROS QUE NÃO POSSUÍAM MAIS RESIDÊNCIA NA CIDADE DE EMBARQUE – JUNTADA DE CONTRATO DE VENDA DO IMÓVEL DO CASAL – NECESSIDADE DE BUSCAR ABRIGO NA CASA DE FAMILIARES – AUSÊNCIA DE QUALQUER AUXÍLIO DA COMPANHIA AÉREA PARA RESOLVER A SITUAÇÃO – DESCASO EVIDENTE. QUANTUM FIXADO COM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0001654-71.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 23.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PRELIMINARMENTE – APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES DE MONTREAL E VARSÓVIA APENAS EM RELAÇÃO AOS DANOS MATERIAIS – LIMITAÇÃO QUE NÃO ALCANÇA A PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – APLICAÇÃO DO CDC – ENTENDIMENTO PACÍFICO DO C. STJ. MÉRITO. PLEITO DE REFORMA E IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – IMPOSSIBILIDADE. CANCELAMENTO DE VOO PREVIAMENTE AGENDADO SEM JUSTIFICATIVA – DESCUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES PREVISTAS NA

RESOLUÇÃO N. 400/2016. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE DA TRANSPORTADORA RECONHECIDA. RECLAMADA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO PLEITEADO PELOS AUTORES – ART. 373, INCISO II, DO CPC. DEVIDA A RESTITUIÇÃO DAS DESPESAS ADICIONAIS – DANO MATERIAL COMPROVADO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS – SITUAÇÃO FÁTICA QUE ULTRAPASSOU OS LIMITES DO ABORRECIMENTO – ATRASO DE DEZENOVE HORAS PARA A CHEGADA NO DESTINO FINAL. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MATERIAL DEVIDA – ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM. PEDIDO DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO – POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. QUANTUM FIXADO NA ORIGEM QUE SE MOSTRA DESPROPORCIONAL. INDENIZAÇÃO QUE NÃO PODE GERAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0032811-62.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 23.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRÁTICA DE CANCELAMENTO AUTOMÁTICO E UNILATERAL DO BILHETE DE RETORNO EM VIRTUDE DO NÃO COMPARECIMENTO DO PASSAGEIRO PARA O TRECHO DE IDA - “NO SHOW”. CONDUITA ABUSIVA. PRECEDENTE DO STJ. VENDA CASADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS 14 E 51, XV DO CDC. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO PARA AQUISIÇÃO DE NOVA PASSAGEM. DANO MORAL CONFIGURADO. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO. QUANTUM QUE COMPORTA MAJORAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DOS AUTORES CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0008892-34.2022.8.16.0056](#) - Cambé - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 13.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPRESA INTERMEDIADORA QUE REALIZOU A VENDA DAS PASSAGENS. CAUSA MADURA. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DA PANDEMIA. RÉ QUE NÃO OPORTUNIZOU AOS CONSUMIDORES O USO DO CRÉDITO E NÃO REALIZOU A RESTITUIÇÃO DO VALOR DAS PASSAGENS NO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES (ART. 3º, DA LEI N.º 14.034/2020). FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. REEMBOLSO DEVIDO. DANO MORAL

CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) PARA CADA AUTOR. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0036781-70.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 11.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE VOO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COM ANTECEDÊNCIA. PREVALÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS. PRECEDENTE DO STF. APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE MONTREAL. EXTRAVIO TEMPORÁRIO DE BAGAGEM. AQUISIÇÃO DE ITENS PESSOAIS. DANOS MATERIAIS VERIFICADOS. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR. DANOS MORAIS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0007916-03.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 06.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRANSPORTE AÉREO. NEGATIVA DE EMBARQUE. PASSAGEIRA ACOMPANHADA POR DOIS CÃES DE SUPORTE EMOCIONAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PEDIDO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATENDIDO. ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO E PARÂMETROS DESTA CORTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0036998-16.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 30.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES AFASTADAS. TRANSPORTE AÉREO. AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS JUNTO À AGÊNCIA 123 VIAGENS. CANCELAMENTO DE VOO PELA COMPANHIA AÉREA. AUSÊNCIA DE AVISO PRÉVIO. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº 400 /2016 DA ANAC. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA AGÊNCIA DE VIAGENS. ASSISTÊNCIA MATERIAL DEFICITÁRIA. REACOMODAÇÃO APENAS PARA DOIS DIAS APÓS O VOO INICIALMENTE CONTRATADO. NOVO VOO COM TRÊS CONEXÕES. AUTORA TEVE QUE PERNOITAR NO AEROPORTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. DANO MORAL CONFIGURADO.

QUANTUM FIXADO EM R\$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. VALOR QUE SE ENCONTRA ABAIXO DOS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002931-86.2023.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 07.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM UMA DAS DEVEDORAS SOLIDÁRIAS. SENTENÇA QUE RECONHECEU, DE OFÍCIO, A PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO ATINENTE AO PEDIDO DE RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INAPLICABILIDADE, TODAVIA, DO ART. 844, §3, DO CC. AUSÊNCIA DE PERDA DO OBJETO. TEORIA DA CAUSA MADURA. MÉRITO. ATRASO DE VOO E POSTERIORES IMPEDIMENTOS DE EMBARQUE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS COMPANHIAS AÉREAS QUE ATUAM EM REGIME DE CODE SHARE. ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REITERADAS FALHAS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. ASSISTÊNCIA MATERIAL PRESTADA DE FORMA INSATISFATÓRIA. INOBSERVÂNCIA À RESOLUÇÃO Nº 400/2016 DA ANAC. MAIS DE 18 HORAS DE ATRASO PARA CHEGADA AO DESTINO FINAL PRETENDIDO. DESCASO COM O CONSUMIDOR. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000,00. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0004177-29.2022.8.16.0191](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 02.10.2023)**

RECURSOS INOMINADOS. TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DAS CORRÉS. RECURSO DA RÉ BUS SERVIÇOS DE AGENDAMENTO S.A. (CLICKBUS). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO. PLATAFORMA DIGITAL DE VENDA DE BILHETES DE PASSAGENS. INTERMEDIADORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA LIMITADA AO SERVIÇO DE RESERVA E EMISSÃO DOS BILHETES DE PASSAGEM. QUESTÕES INERENTES A INEXECUÇÃO DO SERVIÇO E AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MATERIAL QUE DIZEM RESPEITO ESTRITAMENTE AO SERVIÇO FORNECIDO PELA EMPRESA DE TRANSPORTE. ILEGITIMIDADE RECONHECIDA. SENTENÇA REFORMADA NESSE TOCANTE. RECURSO DA

COMPANHIA DE VIAÇÃO GARCIA LTDA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO E AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. NÃO ACOLHIMENTO. COMPRA DE PASSAGEM PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL. CONSUMIDORA QUE SE APRESENTOU PONTUALMENTE NO HORÁRIO ESTIPULADO PARA O EMBARQUE. SERVIÇO DE TRANSPORTE QUE FOI INADEQUADAMENTE EXECUTADO EM RAZÃO DA OMISSÃO DA COMPANHIA VIÁRIA EM COMPARECER NA RODOVIÁRIA PARA EFETUAR O EMBARQUE DA PASSAGEIRA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. DANO MORAL CARACTERIZADO. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ACOLHIMENTO. VALOR ARBITRADO EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) QUE COMPORTA REDUÇÃO PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE, PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO E PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INTERPOSTO POR BUS SERVIÇOS DE AGENDAMENTO S.A. (CLICKBUS) CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO INTERPOSTO POR VIAÇÃO GARCIA LTDA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0011686-65.2022.8.16.0173](#) - Umuarama - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS - J. 07.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. APLICATIVO DE TRANSPORTE 99 POP. BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA DO MOTORISTA DURANTE MESES. RÉ QUE NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA PARA A RETENÇÃO. ÔNUS QUE LHE INCUMBIA POR FORÇA DO ART. 373, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. TRANSFERÊNCIA DO SALDO REALIZADA PELA RÉ SOMENTE APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR DO COTIDIANO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) QUE COMPORTA MINORAÇÃO PARA R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS). OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0030102-54.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. APLICATIVO DE TRANSPORTE. ROUBO PRATICADO POR PASSAGEIROS CONTRA MOTORISTA CREDENCIADO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DO MOTORISTA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RECLAMANTE.

ALEGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA GERENCIADORA DO APLICATIVO (MAXIM VIAGENS E ENTREGAS). NÃO ACOLHIMENTO. FATO DE TERCEIRO. FORTUITO EXTERNO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DA GERENCIADORA DE APLICATIVO E O FATO DANOSO. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0020864-09.2022.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 27.11.2023)**

## 5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA ANULADA. LAPSO OPERACIONAL NA APLICAÇÃO DAS PROVAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA BANCA ORGANIZADORA. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. PRECEDENTES STF. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000403-52.2023.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 06.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO CAGED/RAIS PARA VERIFICAR EVENTUAIS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS EM NOME DO EXECUTADO. INDEFERIMENTO, SOB O FUNDAMENTO QUE O SALÁRIO É IMPENHORÁVEL. PENHORA EXCEPCIONALMENTE ADMITIDA. PRECEDENTE DO STJ. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. EXTINÇÃO PREMATURA. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA PARA OPORTUNIZAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0026327-84.2021.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 15.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. ENCERRAMENTO DA BOLSA PROUNI ANTE A INFORMAÇÃO EQUIVOCADA PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO ACERCA DE INSUFICIÊNCIA ACADÊMICA DA PARTE RECLAMADA. COBRANÇA INDEVIDA DAS MENSALIDADES. DANOS MORAIS QUE NÃO DECORREM DO PRÓPRIO FATO. AUSENTE PROVA DE OFENSA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. IMPOSIÇÃO DE MULTA DECORRENTE DE TUTELA LIMINAR. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE RECLAMADA PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DOS ADVOGADOS QUE NÃO SE CONFUNDE COM A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PRÓPRIA PARTE PARA OS FINS E TERMOS DA SÚMULA 410 DO STJ. DESCUMPRIMENTO DO ENUNCIADO DE SÚMULA. MULTA AFASTADA. RECURSO EM PARTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0015235-94.2021.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 10.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENCERRAMENTO DE POLO UNIVERSITÁRIO NO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. ART. 207, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 53, I, DA LEI N. 9.394/96. OFERTA DE PROSSEGUIMENTO DO CURSO NA MODALIDADE EAD OU EM CAMPUS DE OUTRA CIDADE. AUSÊNCIA DE CONDUTA DESLEAL OU ABUSIVIDADE. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUTOR QUE OPTOU POR ALTERAR O LOCAL DE RESIDÊNCIA PARA CONTINUAR O CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL JUNTO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO RÉ. SITUAÇÃO QUE NÃO ENSEJA, POR SI SÓ, VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABALO PSICOLÓGICO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0008281-21.2022.8.16.0173](#) - Umuarama - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 06.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. PEDIDO AUTORAL DE INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DO NÃO RECEBIMENTO DO DIREITO LEGAL DE RECEBER AUXÍLIO-MORADIA REFERENTE AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM OTORRINOLARINGOLOGIA. SENTENÇA TERMINATIVA, QUE JULGOU O FEITO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, PELA AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA JULGAR A DEMANDA, ALEGANDO QUE DEVERIA SER REMETIDA À JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO INOMINADO, DA AUTORA, PARA ANULAR A SENTENÇA, A FIM DE QUE SEJAM JULGADOS PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. JUIZADO ESPECIAL QUE POSSUI COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DA DEMANDA, DE ACORDO COM A LEI 6.932/1981, ART. 4º, § 5º. JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR. SENTENÇA ANULADA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA O JULGAMENTO DA LIDE. TEORIA DA CAUSA MADURA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.013, §3º, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANÁLISE DO MÉRITO. RECORRIDO NÃO CUMPRIU COM O DEVER DE OFERECER AUXÍLIO-MORADIA IN NATURA AOS MÉDICOS RESIDENTES QUE LÁ TRABALHAVAM. EM CONTRARRAZÕES, A RECORRIDA AFIRMA APENAS QUE A MÉDICA NÃO PRECISOU MUDAR-SE E OBTER MORADIA DIVERSA PARA PODER REALIZAR O PROGRAMA, UMA VEZ QUE SEMPRE MOROU EM CURITIBA E NA RESIDÊNCIA DE SEUS PAIS. DE ACORDO COM A LEI 6.932/1981, NÃO HÁ NENHUMA PREVISÃO EXPRESSA DA EXIGIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO AUXÍLIO-MORADIA. POSICIONAMENTO PRECEDENTE NO STJ. MESMO QUE A BOLSA DE ESTUDOS SEJA CUSTEADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, COMO RELATA SENTENÇA, O DEVER DE OFERECER MORADIA AO MÉDICO-RESIDENTE PERMANECE SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO. NA IMPOSSIBILIDADE DE PRESTAÇÃO EM ESPÉCIE, A INTITUIÇÃO

DEVERÁ ASSEGURAR MEDIDAS QUE GEREM RESULTADO PARALELO, TAL QUAL AUXÍLIO IN PECÚNIA. DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI 9.099/1995, O JUÍZO POSSUI COMPETÊNCIA PARA ESTIMAR O VALOR ADEQUADO, LEVANTO EM CONSIDERAÇÃO CRITÉRIOS DE EQUIDADE. DE ACORDO COM JULGADOS DESSE TRIBUNAL, QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER CONCEDIDO, EM VALOR CORRESPONDENTE A 30% DE CADA SALÁRIO NOS 36 MESES QUE ATUAVA COMO RESIDENTE MÉDICA NO LOCAL. SENTENÇA ANULADA. PEDIDO INICIAL JULGADO PROCEDENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000654-02.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DENISE HAMMERSCHMIDT - J. 23.10.2023)**

## 6. MATÉRIA RESIDUAL

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS). EDITAL Nº 72/2017 – GS/SEED. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL, POSTERIORMENTE RECONHECIDA EM AÇÃO JUDICIAL. OFENSA AO DIREITO DA PERSONALIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. ENTENDIMENTO PESSOAL DESTE RELATOR SUPERADO PELO POSICIONAMENTO DA TURMA. COERÊNCIA ARGUMENTATIVA. O DIREITO DEVE SER ESTÁVEL E PREVISÍVEL, DE SORTE QUE EVENTUAIS DISSONÂNCIAS INTERPRETATIVAS PESSOAIS DEVEM CEDER PASSO AOS POSICIONAMENTOS CONSOLIDADOS NA JURISPRUDÊNCIA. (PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Martins Fontes, 2005. TARDIF, Maurice. Les fondements de la théorie des arguments. Éditions Fides, 2006. VAN EEMEREN, Frans H.; GROOTENDORST, Rob. A Systematic Theory of Argumentation: The Pragma-Dialectical Approach. Cambridge University Press, 2004. PLANTIN, Christian. L'argumentation: Histoire, théories, perspectives. Presses universitaires de France, 2012. WALTON, Douglas. Fundamentals of Critical Argumentation. Cambridge University Press, 2006.). INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 926, CAPUT, DO CPC. GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA E PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. A EXISTÊNCIA DO COLEGIADO NO EXAME DO RECURSO QUALIFICA SUA APURAÇÃO, PERMITINDO A VISÃO CONJUGADA DAS QUESTÕES RECURSAIS E EXPANDINDO OS HORIZONTES DECISÓRIOS. ENTENDIMENTO PACIFICADO POR ESTE E. ÓRGÃO RECURSAL. OFENSA DIRETA PELO ESTADO DO PARANÁ A DIREITO GARANTIDO CONSTITUCIONALMENTE, INCORRENDO O ENTE PÚBLICO EM ILÍCITO. AFRONTA À GARANTIA DE IRREDUTIBILIDADE SALARIAL E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE RESTRITA QUE REGE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUANTUM FIXADO EM R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0028669-15.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 02.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. JULGAMENTO “ULTRA PETITA”. RECONHECIMENTO “EX OFFICIO”. EXCESSO EXTIRPADO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL (ART. 206, §3º, V, DO CC). CARTA PRECATÓRIA. DISTRIBUIÇÃO. COMPETÊNCIA DO ESCRIVÃO (ART. 152, I E II, DO CPC). INAPLICABILIDADE DO ART. 240, §2º, DO CPC. DEMORA NA CITAÇÃO. MOTIVOS INERENTES AO SERVIÇO JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. MÉRITO. RETENÇÃO INDEVIDA DO CRV. LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS. DECLARAÇÃO DE CONTABILISTA. AUSÊNCIA DE SUBSÍDIO PROBATÓRIO.

SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0007656-13.2019.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 11.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS. PROFESSOR. AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU. REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 1075/STJ JÁ JULGADO E QUE NÃO GUARDA RELAÇÃO COM O OBJETO DA PRESENTE DEMANDA. MÉRITO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ARTIGO 77 DA LEI MUNICIPAL Nº 938/2013, EM VIGOR ATÉ O MÊS 10/2018, QUE PREVIA EXPRESSAMENTE 60 DIAS DE FÉRIAS. APLICABILIDADE DO IRDR Nº 0048462-40.2018.8.16.0000. NOVA LEGISLAÇÃO QUE NÃO RETROAGE. LEI Nº 1.271/2018 QUE DEVE SER APLICADA A PARTIR DE SUA ENTRADA EM VIGOR. DIREITO DO SERVIDOR EM RECEBER O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, NOS MOLDES DEFERIDOS PELO R. JUÍZO DE ORIGEM, APENAS DAQUELE PERÍODO QUE ANTECEDEU A MUDANÇA LEGISLATIVA. DIREITO QUE SE LIMITA AO MÊS DE OUTUBRO DE 2018, POR FORÇA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MUTATIS MUTANDIS, SÃO PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL (0002616-93.2018.8.16.0163; 0002251-73.2017.8.16.01631; e 0002691-35.2018.8.16.0163). SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001100-33.2021.8.16.0163](#) - Siqueira Campos - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 02.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAL E MATERIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CADEIA DE FORNECIMENTO. PRELIMINAR REJEITADA. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO CONCRETO. SERVIÇO DE APLICATIVO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (UBER). AUTORA QUE SOLICITOU A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE TROCO PELO MOTORISTA. INDICAÇÃO PELO MOTORISTA DE PAGAMENTO VIA PIX A TERCEIRO. NUMERÁRIO QUE, MESMO APÓS O PAGAMENTO, CONTINUOU EM ABERTO NA PLATAFORMA. CONJUNTO PROBATÓRIO DO QUAL SE PERMITE CONCLUIR A EXISTÊNCIA DE FRAUDE. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (CPC, ART. 373, II). FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA FORNECEDORA (CDC, ART. 14). DANO MATERIAL COMPROVADO. DEVOLUÇÃO

SIMPLES. DANO MORAL CARACTERIZADO, NO CASO CONCRETO. FRUSTRAÇÃO QUE EXCEDE O MERO ABORRECIMENTO DO COTIDIANO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0051041-74.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 10.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VÍCIO DO PRODUTO. CELULAR. APARELHO ENCAMINHADO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DA FABRICANTE. VÍCIO OCULTO DO PRODUTO (FALHA NO ÁUDIO) COMPROVADO ATRAVÉS DE LAUDO. AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS (ART. 18, §1º, DO CDC). DESCASO E DESRESPEITO COM O CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. SUBSTITUIÇÃO DO BEM DEVIDA (ART. 18, INCISO I, DO CDC). DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO EM R\$ 1.000.00 (MIL REAIS) QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO. VALOR QUE SE ENCONTRA ABAIXO DOS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0000980-66.2023.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FURTO DE OBJETOS NO INTERIOR DE VEÍCULO. ARROMBAMENTO. ESTACIONAMENTO DESTINADO AOS CLIENTES. DEVER DE VIGILÂNCIA. SÚMULA 130 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS REFERENTES AOS OBJETOS COMPROVADOS. DIREITO A RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS DEVIDOS. SITUAÇÃO QUE EXTRAPOLA O MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0011833-47.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 10.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. COMÉRCIO ELETRÔNICO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. AQUISIÇÃO DE APARELHO CELULAR. COMPRA ONLINE. PEDIDO CANCELADO. ALEGAÇÃO DE DEMORA DO

ESTORNO DO VALOR PAGO. PRETENSÃO RECURSAL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL QUE NÃO IMPLICA, POR SI SÓ (IN RE IPSA), EM ABALO PSICOLÓGICO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS A TÍTULO PEDAGÓGICO. PRECEDENTE DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0015656-12.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIO - J. 17.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE LOCUPLETAMENTO ILÍCITO. CHEQUE PRESCRITO. RÉ REVEL. COBRANÇA FUNDADA NO ART. 62 DA LEI 7357/1985. CÁRTULA DEVOLVIDA POR DIVERGÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DA ASSINATURA – MOTIVO 22. CIRCULAÇÃO POR ENDOSSO. DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO **(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001125-37.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. RESIDUAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VERBAS CONDOMINIAIS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO, POR ILEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM EMPRESA TERCEIRA, COM PREVISÃO DE ANTECIPAÇÃO DAS TAXAS CONDOMINIAIS. AUSÊNCIA DE SUBROGAÇÃO AUTOMÁTICA DOS DIREITOS DE CRÉDITO. NECESSIDADE DE PREVISÃO EXPRESSA. CONDOMÍNIO QUE SE MANTÉM COMO TITULAR DO DIREITO. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. PRECEDENTES DO C. STJ. SENTENÇA REFORMADA, COM O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001125-37.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. REDE SOCIAL (INSTAGRAM). CONTA HACKEADA. FALHA NO SISTEMA DE SEGURANÇA DIGITAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS NO CASO CONCRETO EM RELAÇÃO AO AUTOR QUE TEVE A CONTA INVADIDA. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE DE CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA E DE TERCEIROS APLICÁVEL EM RELAÇÃO À CO-AUTORA QUE EFETUOU PIX SEGUNDO DADOS INFORMADOS EM OUTRO PERFIL DE INSTAGRAM, QUE TERIA SIDO INDICADO PELOS FALSÁRIOS QUE INVADIRAM A CONTA DO REQUERENTE.

PREJUÍZO MATERIAL QUE NÃO DECORREU DE FORMA DIRETA E IMEDIATA NA INVASÃO HACKER AO PERFIL DO PROMOVENTE. FALTA DE CAUTELA NA CONCLUSÃO DE INVESTIMENTO PELA PARTE PROMOVENTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS AFASTADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO EM PARTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0003935-91.2022.8.16.0184](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 27.10.2023)**

## 7. PLANOS DE SAÚDE

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PLANO DE SAÚDE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PLEITO DE REFORMA E IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – POSSIBILIDADE. PACIENTE QUE SOFREU FRATURA NO FÊMUR E NO PUNHO – NECESSIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. PRETENSÃO DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS – SERVIÇOS UTILIZADOS FORA DA REDE CREDENCIADA OBSERVÂNCIA DO ART. 12, INCISO VI, DA LEI N. 9.656/1998. PACIENTE ATENDIDA PELO SUS – SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA HOSPITAL COM MAIOR CAPACIDADE – ESCOLHA DOS RECLAMANTES EM REALIZAR OS PROCEDIMENTOS PELA REDE PARTICULAR – REEMBOLSO INTEGRAL INDEVIDO MESMO EM CASOS DE URGÊNCIA. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO C. STJ – RESPEITO AO EQUILÍBRIO ATUARIAL DO PLANO DE SAÚDE E AO INTERESSE DA BENEFICIÁRIA – RAZOABILIDADE DA RESTITUIÇÃO PARCIAL DAS DESPESAS – LIMITAÇÃO AOS VALORES PAGOS PELA OPERADORA A PROFISSIONAIS CREDENCIADOS. ATUAL ENTENDIMENTO DESTA 5ª TURMA RECURSAL. RESTITUIÇÃO REALIZADA PELA VIA ADMINISTRATIVA CONFORME TABELA DO PLANO DE SAÚDE. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0003221-60.2020.8.16.0101](#) - Jandaia do Sul - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 07.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO DE DESPESAS COM INTERNAMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA EM CLÍNICA PSIQUIÁTRICA FORA DA REDE CREDENCIADA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. REEMBOLSO DEVIDO. HIPÓTESE EXCEPCIONAL QUE AUTORIZA O INTERNAMENTO EM CLÍNICA NÃO CREDENCIADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE ADEQUAÇÃO DA REDE CREDENCIADA PARA DAR CONTINUIDADE AO TRATAMENTO. LIMITAÇÃO AOS VALORES DA TABELA DE REFERÊNCIA DA OPERADORA. COPARTICIPAÇÃO DE 50% APÓS 60 DIAS DE INTERNAMENTO. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TEMA 1032. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0012482-89.2021.8.16.0044](#) - Apucarana - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 23.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. INTERNAMENTO PSIQUIÁTRICO. REGIME DE COPARTICIPAÇÃO. LEGALIDADE. TEMA 1032 DO STJ. CLÁUSULA LIMITATIVA. REDAÇÃO SEM DESTAQUE. NULIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 54, §4º C/C ART. 51, XV, AMBOS DO CDC. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO INDEVIDAMENTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0032341-02.2020.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 23.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. DIREITO DA GESTANTE COM TROMBOFILIA À COBERTURA PELO CONVÊNIO MÉDICO DO ANTICOAGULANTE INDICADO PELO MÉDICO ESPECIALISTA. PRECEDENTES DO STJ. ENTENDIMENTO DA CORTE NO SENTIDO QUE O PLANO DE SAÚDE NÃO PODE ESTABELECEER O TIPO DE TRATAMENTO UTILIZADO PARA A CURA DE COMORBIDADES. EXEGESE DO ART. 35-C, I DA LEI 9.656/98 QUE IMPÕE A OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA PARA CASOS DE URGÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DO AMBIENTE ONDE O TRATAMENTO SERÁ ADMINISTRADO. DANO MORAL CONFIGURADO. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO, PORQUE RELACIONADA AO DIREITO A VIDA E A SAÚDE DA GESTANTE E DE SEU BEBÊ. AUTORA QUE POSSUÍA HISTÓRICO DE PERDA GESTACIONAL. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. POSSIBILIDADE. MONTANTE ARBITRADO EM R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), ANTE AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003120-49.2023.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA REPARADORA DE BARIÁTRICA. FLANCOPLASTIA, LIPOASPIRAÇÃO E PRÓTESE DE SILICONE. IMPOSSIBILIDADE DE SABER SE OS PROCEDIMENTOS SÃO DE CARÁTER REPARADOR, OU ESTÉTICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO MÉDICA NOS AUTOS. ENTENDIMENTO DO STJ (RESP Nº 1870834). RECUSA NA COBERTURA JUSTIFICADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002161-90.2022.8.16.0195](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO PET-SCAN. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA. ENTENDIMENTO DESTA TURMA RECURSAL QUANTO A NATUREZA DO ROL DA ANS CONSOANTE ENTENDIMENTO DO STJ. NATUREZA EXEMPLIFICATIVA DO ROL DA ANS. EXCLUSÃO DO PROCEDIMENTO NÃO DEMONSTRADA. REEMBOLSO DEVIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERA NEGATIVA INDEVIDA QUE NÃO ATINGE A ESFERA PERSONALÍSSIMA DO CONSUMIDOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000013-14.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 07.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO INDENIZATÓRIA. NEGATIVA DE COBERTURA. NEURONAVEGADOR. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NAS RESOLUÇÕES DA ANS. ENTENDIMENTO DO STJ. ROL TAXATIVO QUE ADMITE EXCEÇÕES. COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA DO TRATAMENTO À LUZ DA MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS. EXCEPCIONALIDADE VERIFICADA. DANO MATERIAL COMPROVADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. ATITUDE QUE NÃO CONTRARIA A LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. IRRETROATIVIDADE DA LEI. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0019789-41.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 25.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. BENEFICIÁRIO DIAGNOSTICADO COM COVID-19. NECESSIDADE DE INTERNAMENTO. PRESCRIÇÃO MÉDICA DO MEDICAMENTO TOCILIZUMABE. TRATAMENTO RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E INCORPORADO AO SUS. NEGATIVA DA OPERADORA. ABUSIVIDADE NA RECUSA DE COBERTURA DO TRATAMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES DA TURMA RECURSAL. DIREITO À RESTITUIÇÃO INTEGRAL. DANO MORAL CONFIGURADO. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. VALOR INALTERADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0028597-28.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE TAXA DE ADESÃO. TESE DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. OPERADORA QUE INTEGRA A CADEIA DE CONSUMO. ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. DEVIDA A RESTITUIÇÃO EM DOBRO. ARTIGO 42 DO CDC. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0020015-39.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 02.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O TRATAMENTO DE DESVIO DE SEPTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA. RECUSA ILÍCITA DA OPERADORA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 609 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE EXAMES PRÉVIOS OU DE ELEMENTOS QUE SUGIRAM OMISSÃO DOLOSA OU MESMO A PRÓPRIA PREEXISTÊNCIA DA ENFERMIDADE. COBERTURA DEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO. IMPOSSIBILIDADE DE MINORAR O QUANTUM DA INDENIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002038-50.2022.8.16.0209](#) - Francisco Beltrão - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 27.11.2023)**

## 8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO

RECURSO INOMINADO. SEGURO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. SERVIÇO DE CARÁTER SECURITÁRIO. APLICAÇÃO DA LEI CONSUMERISTA. PRECEDENTES. NEGATIVA DE INDENIZAÇÃO. SUPOSTO AGRAVAMENTO DO RISCO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CULPA GRAVE OU DOLO DO CONDUTOR DO VEÍCULO SEGURADO. PRECEDENTES DO STJ E DAS TURMAS RECURSAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0000874-70.2022.8.16.0170](#) - Toledo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. NEGATIVA INDEVIDA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DO SEGURADO. EMBRIAGUEZ. NÃO DEMONSTRADA INFLUÊNCIA DECISIVA PARA A OCORRÊNCIA DO SINISTRO. SÚMULA 620 DO STJ. ÔNUS DA PROVA. REGRA DE JULGAMENTO. DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CORRETORA DE SEGURO. CADEIA DE FORNECIMENTO. TEORIA DA APARÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0000059-22.2023.8.16.0111](#) - Manoel Ribas - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 19.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. SEGURO VEICULAR. SINISTRO. TROCA DE RETROVISOR PELA EMPRESA TERCEIRIZADA QUE CAUSOU DANOS NA PARTE ELÉTRICA DO VEÍCULO SEGURADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. DEMORA NOS REPAROS OU REEMBOLSO DOS VALORES. ASSISTÊNCIA MATERIAL DEFICITÁRIA POR PARTE DA SEGURADORA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. DEVER DE RESSARCIR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. TRANSTORNO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) E MINORADO PARA R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS). OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0004584-03.2021.8.16.0116](#) - Matinhos - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA E INDENIZATÓRIA. SEGURO VEICULAR RENOVADO. PAGAMENTO DO PRÊMIO FRACIONADO COM RECORRÊNCIA NO CARTÃO DE CRÉDITO DO CONSUMIDOR. SUBSTITUIÇÃO DO PLÁSTICO PELO VENCIMENTO. NÃO PAGAMENTO AUTOMÁTICO DE PARCELA. E-MAIL DA SEGURADORA OFERECENDO PAGAMENTO POR BOLETO OU PIX. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA DO SEGURADO. INTERPELAÇÃO VÁLIDA INEXISTENTE. SINISTRO. NEGATIVA DE COBERTURA. INADIMPLÊNCIA DA OPERADORA. CONTINUIDADE DA RELAÇÃO CONTRATUAL. PAGAMENTO DO PRÊMIO POR CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA. CONSERTO DO AUTOMÓVEL PELO CONSUMIDOR ANTE A DEMORA. INDENIZAÇÃO MATERIAL DEVIDA PELO MENOR ORÇAMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ESPECIAL REPERCUSSÃO EM DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANOS MORAIS INDEVIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0007878-88.2022.8.16.0064](#) - Castro - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 15.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO PESSOAL. COBRANÇA DE SEGURO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JULGAMENTO EM CONSONÂNCIA COM TESES FIXADAS PELO STJ EM RECURSOS REPETITIVOS. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. RECURSO DO RECLAMADO DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001764-84.2023.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 02.12.2023)+**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES - DAMS - DO SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEGATIVA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SEGURADO INADIMPLENTE NA DATA DO SINISTRO. AUSÊNCIA DE ÔBICE AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ. INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003574-56.2020.8.16.0148](#) - Rolândia - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PLEITO DE REFORMA E PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL – POSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO – INDENIZAÇÃO PARCIAL PELA VIA ADMINISTRATIVA. JUNTADA DE LAUDO PERICIAL QUE COMPROVA AS LESÕES DECORRENTES DO ACIDENTE DE TRÂNSITO. APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS PREVISTOS NA TABELA ANEXA À LEGISLAÇÃO – OBSERVÂNCIA DO ART. 3º, INCISO II, E § 1º, INCISOS I E II, DA LEI N. 6.194/1974. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. PRECEDENTES. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO – SÚMULA N. 580 DO C. STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0070668-64.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SEGURO DE VIDA CANCELADO POR INADIMPLEMENTO. AUSÊNCIA DE INTERPELAÇÃO DO SEGURADO COM COMUNICAÇÃO DO ATRASO E CANCELAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 616 DO STJ. DANOS MATERIAIS. CONTINUIDADE DE PAGAMENTO APÓS O CANCELAMENTO. ERRO SISTÊMICO. EQUÍVOCO QUE NÃO PODE CAUSAR DANO AO CONSUMIDOR. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. AUSÊNCIA DE OFENSA A DIREITO DA PERSONALIDADE DO AUTOR. PLEITO DE MAJORAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO POR DANO MORAL PREJUDICADO. PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DO VALOR A SER RESTITUÍDO. FORMULAÇÃO APENAS EM SEDE DE ALEGAÇÕES FINAIS. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. ENUNCIADO 157 FONAJE. RECURSO RECLAMADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO RECLAMANTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0014680-46.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 27.11.2023)**

## 9. TELECOMUNICAÇÕES

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PORTABILIDADE INDEVIDA SEM SOLICITAÇÃO DO TITULAR DA LINHA. RÉU NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O FATO ALEGADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA DA LICITUDE DA PORTABILIDADE. RESPONSABILIDADE EMPRESA DOADORA. RESOLUÇÃO 750 DE 15 DE MARÇO DE 2022. DANO MORAL CONFIGURADO. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - NÃO ACOLHIMENTO - RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. COBRANÇA APÓS PORTABILIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO - VALORES COBRADOS APÓS À PUBLICAÇÃO DA MODULAÇÃO APLICADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO EAREsp 676.608. COMANDO JUDICIAL PARA ABSTENÇÃO DE COBRANÇAS, SOB PENA DE MULTA. NÃO CUMPRIDO. VALOR FIXADO A TÍTULO DE MULTA COMINATÓRIA DEVE ATENDER AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE NO SENTIDO DE COMPELIR A PARTE AO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, SEM ENSEJAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA EM PROL DA PARTE ADVERSA. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001102-80.2022.8.16.0126](#) - Palotina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUTOR PESSOA JURÍDICA COM CINCO LINHAS DE TELEFONIA FIXA. TRANSCURSO DE APROXIMADAMENTE TRÊS MESES SEM A REALIZAÇÃO DA PORTABILIDADE CONTRATADA E INSTAÇÃO DAS LINHAS. ENUNCIADO 1.4 DA TERCEIRA TURMA RECURSAL. DIVERSAS RECLAMAÇÕES INFRUTÍFERAS E PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS. CONTESTAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ART. 341 DO CPC. RECLAMADA QUE NÃO COMPROVA A INSTALAÇÃO E USO DAS LINHAS. RESCISÃO MOTIVADA AFASTANDO QUALQUER DÉBITO E MULTA POR QUEBRA CONTRATUAL. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS NO CASO CONCRETO. HONRA OBJETIVA AFETADA. QUANTUM DE R\$2.000,00 QUE SE MOSTRA ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0004275-39.2022.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 23.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA. FURTO DE CABOS POR TERCEIROS. FORTUITO INTERNO. RISCO INERENTE À ATIVIDADE EXERCIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. ENUNCIADO 1.4 DA 3ª TR/PR. “QUANTUM” QUE COMPORTA MINORAÇÃO (R\$3.000,00). ATENÇÃO AOS PATAMARES FIXADOS POR ESTA 1ª TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0004598-19.2022.8.16.0191](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 19.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELEFONIA MÓVEL. LIGAÇÕES EXCESSIVAS OFERTANDO SERVIÇOS À CONSUMIDORA. AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (ART. 373, II, DO CPC). PRÁTICA ABUSIVA. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) QUE COMPORTA MINORAÇÃO PARA R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS). OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001561-35.2023.8.16.0195](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 16.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. INOVAÇÃO RECURSAL E JUNTADA DE PROVA EXTEMPORÂNEA (CPC, ART. 435). CANCELAMENTO DE PLANO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE MULTA DE FIDELIDADE. ARTIGOS 56 E 58 DA RESOLUÇÃO N. 632/2014 DA ANATEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DANOS MORAIS FIXADOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0011780-49.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. COBRANÇA INDEVIDA POR

SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. PARTE RÉ QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 373, II, DO CPC. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. FORMA SIMPLES. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO EAREsp 676.608/RS COM MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS - A INSATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR A RESPEITO DA QUALIDADE OU EFICIÊNCIA DE QUAISQUER DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO FORNECEDOR OU A COBRANÇA INDEVIDA NÃO SÃO MOTIVOS SUFICIENTES PARA GERAR SITUAÇÕES QUE ALTEREM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM EFEITOS PEDAGÓGICOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0004577-05.2017.8.16.0034](#) - Piraquara - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 15.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. COBRANÇA DE MULTA POR CANCELAMENTO DE PLANO DE TELEFONIA MÓVEL E DE VALORES DECORRENTES DE AQUISIÇÃO DE APARELHO DE TELEFONE CELULAR. ALEGAÇÃO DA AUTORA DE DESCONHECIMENTO DO PRAZO DE FIDELIZAÇÃO E DE NÃO AQUISIÇÃO DO APARELHO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS FUNDADA NA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE FRAUDE. CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO. PRÉVIO REQUERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO COM A FINALIDADE DE OBTER INFORMAÇÕES RELATIVAS À TITULARIDADE DO CARTÃO DE CRÉDITO UTILIZADO PARA COMPRA DO BEM. PERTINÊNCIA. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DA ATIVIDADE PROBATÓRIA. PRELIMINAR ACOLHIDA PARA CASSAR A SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0014918-33.2020.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 02.12.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA. INSURGÊNCIA RECURSAL RESTRITA AO DANO MORAL. CANCELAMENTO DE SERVIÇO FORMALIZADO. PERSISTÊNCIA EMISSÃO DE BOLETOS DE COBRANÇA. TENTATIVA DE CONTATO NA VIA ADMINISTRATIVA PARA CESSAR A COBRANÇA REALIZADA, MAS SEM SUCESSO. INEFICIÊNCIA DO CALL CENTER CARACTERIZADA. DESCASO PATENTE DA OPERADORA DE TELEFONIA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), NÃO

OBSTANTE O RELATOR ENTENDESSE CABÍVEL MONTANTE MENOR EM CONSIDERAÇÃO AO FATO DE QUE NÃO HOUVE MAIORES DESDOBRAMENTOS DO QUE O DESCASO EM SI. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002829-25.2023.8.16.0034](#) - Piraquara - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET E TELEFONIA FIXA. INOCORRÊNCIA DE INSTALAÇÃO DO SERVIÇO DE LINHA FIXA. IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR DA CONSUMIDORA PROVA DIABÓLICA, OU SEJA, DE QUE SERVIÇO NÃO FOI INSTALADO OU NÃO FUNCIONA. MERAS TELAS SISTÊMICAS QUE NÃO SE PRESTAM A PROVAR A INSTALAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVANTE DE RELAÇÃO DE CHAMADAS NO PERÍODO DE CONSUMO FATURADO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DA LINHA FIXA COGENTE, COM FIXAÇÃO DE PRAZO RAZOÁVEL E MULTA PARA O ESCORREITO ATENDIMENTO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. DESCASO NA VIA ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE SERVIÇO ESSENCIAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) ADEQUADO ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0010322-93.2022.8.16.0129](#) - Paranaguá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 27.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. CONSUMIDOR CORPORATIVO (PESSOA JURÍDICA). CONTRATO DE PERMANÊNCIA DE 24 MESES. RENOVAÇÃO POR MAIS 24 MESES. ABUSIVIDADE. RESOLUÇÃO Nº 632/2014 DA ANATEL. AUSÊNCIA DE OFERECIMENTO DE PERMANÊNCIA DE 12 MESES. PRAZO DE PERMANÊNCIA DE LIVRE NEGOCIAÇÃO. MULTA INEXIGÍVEL. PEDIDO CONTRAPOSTO IMPROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0006828-47.2022.8.16.0025](#) - Araucária - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. TELEFONIA FIXA E INTERNET. FRAUDE. RECEBIMENTO DE PROPOSTA PARA QUITAÇÃO DE DÉBITO DO PLANO DE TELEFONIA, POR APLICATIVO DE MENSAGENS. PAGAMENTO REALIZADO VIA PIX. NÃO

RECONHECIMENTO DO PAGAMENTO PELA OPERADORA DE TELEFONIA. SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO OU DA CONSUMIDORA NÃO CARACTERIZADOS. FRAUDADOR QUE, PASSANDO-SE POR ASSISTENTE DE COBRANÇA DA OPERADORA RÉ, INFORMOU OS DADOS PESSOAIS DA AUTORA E DO PLANO DE TELEFONIA DURANTE A NEGOCIAÇÃO. APARENTE CONFIABILIDADE QUE LEVOU A CONSUMIDORA A EFETUAR O PAGAMENTO. VULNERABILIDADE DO SISTEMA DE SEGURANÇA DA RÉ DETERMINANTE PARA O ÊXITO DA FRAUDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. DANO MORAL CARACTERIZADO NO CASO CONCRETO. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0018380-30.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 24.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA E INTERNET. PLEITO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇAS E MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. RECURSO DA REQUERENTE. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E POSTERIOR MUDANÇA DE ENDEREÇO. IMPOSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO NA NOVA LOCALIDADE POR AUSÊNCIA DE COBERTURA. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO DE FATURAS. LEGALIDADE DA COBRANÇA REFERENTE A EQUIPAMENTO NÃO DEVOLVIDO. INEXIGIBILIDADE DA MULTA POR QUEBRA CONTRATUAL RECONHECIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 385 STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0013897-54.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 09.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE PLANO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO, EM DOBRO, ACIMA DO MONTANTE CONTRATADO. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA DA ANUÊNCIA DO AUTOR PARA ALTERAÇÃO DO PLANO. EMPRESA DE TELEFONIA QUE EXIGE VANTAGEM MANIFESTAMENTE EXCESSIVA DO CONSUMIDOR. TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA INFRUTÍFERA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002049-25.2021.8.16.0109](#) - Mandaguari - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - Rel.Desig. p/ o Acórdão:**

**JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 23.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA TELEFONIA. DETERMINAÇÃO DE QUE A RÉ SE ABSTENHA DE ENVIAR MENSAGENS PUBLICITÁRIAS. DESCUMPRIMENTO REITERADO. RÉ QUE DEMONSTROU QUE É INCAPAZ DE CUMPRIR A DETERMINAÇÃO, POIS HÁ MAIS DE UM ANO PETICIONA NOS AUTOS INFORMANDO O CUMPRIMENTO SEM QUE ISSO SEJA VERDADE. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E DANOS A PEDIDO DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DO ART. 499 DO CPC. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0049389-85.2023.8.16.0014](#) [0038626-93.2021.8.16.0014/1] - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 23.10.2023)**

## 10. FAZENDA PÚBLICA

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE FORNECIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAÇÃO DE GLICEMIA NÃO INCORPORADO EM ATOS NORMATIVOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, MAS REGISTRADO NA ANVISA. FREESTYLE LIBRE. AUTORA ACOMETIDA PELA SÍNDROME DE WOLFRAM. INSURGÊNCIA RECURSAL DO ESTADO DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. ALEGAÇÕES DO MUNICÍPIO AFASTADAS. AUTOS QUE RETORNARAM DO JUÍZO FEDERAL DECLARANDO A COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR A DEMANDA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 150 E 254 DO STJ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS RÉUS PELO DEVER GERAL DE PRESTAÇÃO DA SAÚDE. TEMA 793 DO STF. ADEMAIS, PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS PELO TEMA 106 DO STJ PARA FORNECIMENTO DO APARELHO MÉDICO PLEITEADO. QUANTO AO RECURSO DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICADA A POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DAS ASTREINTES POR BLOQUEIO DE VALORES. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO DO MUNICÍPIO NÃO PROVIDO. RECURSO DO ESTADO DO PARANÁ PROVIDO. (TJPR - 4ª Turma Recursal - [0008167-65.2021.8.16.0190](#) - Maringá - Rel.: TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DETRAN/PR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO JUDICIAL DO REAL CONDUTOR, APESAR DE TRANSCORRIDO PRAZO ADMINISTRATIVO DO ART. 257, §7º DO CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO (CTB). NECESSÁRIA TRANSFERÊNCIA DE PONTUAÇÃO, COM A CONSEQUENTE NULIDADE DA PENALIDADE DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JUDICIAL. ART. 5º, XXXV, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ENTENDIMENTO DA 4 TR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0006778-20.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: T FERNANDA BERNERT MICHIELIN JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO - J. 30/11/2023)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C TUTELA ANTECIPADA, LUCROS CESSANTES E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO PARA O NOME DO AUTOR SEM AUTORIZAÇÃO – ALEGAÇÃO DE SUPOSTA FRAUDE – REVENDA DE VEÍCULOS SINISTRADOS QUE POSSUÍA PROCURAÇÃO

OUTORGANDO PODERES PARA TANTO – AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA – DOCUMENTAÇÃO ENVIADA POR TERCEIRO QUE NÃO COMPÕE A LIDE – EXISTÊNCIA DE DECLARAÇÕES E DEPOIMENTOS QUE CONFIRMAM QUE A NEGOCIAÇÃO FOI REALIZADA POR REVENDEDOR QUE NÃO FOI INCLUÍDO DO POLO PASSIVO – LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO – INTELIGÊNCIA DOS ART. 114 E 115, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC – IMPOSSIBILIDADE DA INCLUSÃO DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO – PRECEDENTES DO STJ – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA ANULADA.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0031498-37.2020.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: MARCO VINICIUS SCHIEBEL JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 07/12/2023)**

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – FURTO DE PERTENCES DA ESPOSA FALECIDA DO RECLAMANTE DURANTE INTERNAÇÃO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA ASSUMIDO PELO RECLAMADO – AGRAVAMENTO DO ESTADO DE LUTO DO RECLAMANTE – TENTATIVAS DE SOLUÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA E REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR ARBITRADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) QUE ATENDE ÀS PECULIARIDADES DO CASO E NÃO SE REVELA DESPROPORCIONAL - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001094-10.2021.8.16.0039](#)- Curitiba - Rel.: MARCO VINICIUS SCHIEBEL JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023)**

RECURSO INOMINADO - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - AÇÃO DE COBRANÇA - SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RESERVA/PR – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – COLETOR DE LIXO – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – LAUDO PERICIAL DE EXISTÊNCIA DE ATIVIDADE INSALUBRE – INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RECLAMADA – EXPOSIÇÃO A AGENTES INSALUBRES (FÍSICOS E BIOLÓGICOS) EM GRAU MÉDIO, DIANTE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ENTREGA DE EPI’S A FIM DE ELIDIR OU MINIMIZAR OS LIMITES DE SEGURANÇA – PREVISÃO NA LEI MUNICIPAL N. 39/1994 – ADICIONAL E SEUS REFLEXOS DEVIDOS, COM BASE NO MENOR NÍVEL DA TABELA DE VENCIMENTOS– TERMO INICIAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO E CÁLCULO INDENIZATÓRIO – DATA DO LAUDO – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO – PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001242-39.2017.8.16.0143](#) - Reserva - Rel.: MARCO VINICIUS SCHIEBEL JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023)**

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO DO MUNICÍPIO FOZ DO JORDÃO – CONVERSÃO DE LICENÇA - PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA EM PECÚNIA – POSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E DESPROVIDO.  
**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0007869-65.2021.8.16.0031](#) - Guarapuava - Rel.: MARCO VINICIUS SCHIEBEL JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 04 /12/ 2023)**

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR ESTADUAL. AGENTE PENITENCIÁRIO – POLICIAL PENAL. LEI ESTADUAL DO PARANÁ N. 13.666/2002 E N. 245/2022. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA QUE POSSIBILITOU APENAS OS AGENTES PENITENCIÁRIOS COM ESTABILIDADE E EFETIVIDADE SE ENQUADRAREM NA CARREIRA DE POLICIAL MILITAR. NORMAS DE CONCURSO PÚBLICO. PEDIDO DE EFEITOS LEGAIS PARA ASCENSÃO FUNCIONAL OU PROGRESSÃO VERTICAL POR TRABALHO ANTERIOR COMO AGENTE DE DISCIPLINA TERCEIRIZADO, SOB O REGIME CELETISTA. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STF. SÚMULA VINCULANTE N. 37 STF. SÚMULA N. 43 DO STF. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.  
**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001198-89.2022.8.16.0031](#) - Guarapuava - Rel.: FERNANDA BERNERT MICHIELIN JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO - J. 05 /10/ 2023)**

## 11. CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL E CONSTITUCIONAL. AQUISIÇÃO E GUARDA DE ESPÉCIME DA FAUNA SILVESTRE SEM LICENÇA. CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 29, § 1º, INCISO III, DA LEI N. 9.605/1998. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA FRENTE AO BEM JURÍDICO TUTELADO. ART. 225 DA CF. HIPÓTESE DE EXCEÇÃO CUJOS REQUISITOS NÃO FORAM TODOS PREENCHIDOS. CONDENAÇÃO QUE DEVE, TODAVIA, SER AFASTADA. APLICAÇÃO DA TESE 7 FIRMADA EM JULGAMENTO DO RESP 1797175/SP PELA SEGUNDA TURMA DO STJ. ACUSADO QUE MANTINHA UM ÚNICO PAPAGAIO, CRIADO LIVRE, EM AMBIENTE FAMILIAR POR SETE ANOS, SEM SINAIS DE MAUS TRATOS. PRETENSÃO PUNITIVA QUE SE REVELA DESPROPORCIONAL E DESARRAZOADA EM RELAÇÃO À FINALIDADE DA TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE E À VONTADE DO LEGISLADOR. ADEMAIS, DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA QUE SE COADUNA À DIGNIDADE E AOS DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS E DA NATUREZA. BEM-ESTAR DO ANIMAL QUE DEVE SER OBSERVADO. SANÇÃO E EFEITOS SECUNDÁRIOS QUE SE MOSTRAM MAIS GRAVOSOS QUE A CONDUTA ANALISADA. ANIMAL QUE DEVE RETORNAR AO CONVÍVIO FAMILIAR. SENTENÇA REFORMADA PARA ABSOLVER O ACUSADO E REGULARIZAR A GUARDA. ART. 386, III DO CPP. RECURSO PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001849-89.2022.8.16.0074](#) - Goioerê - Rel.: TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023).**

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE PERSEGUIÇÃO (STALKING). SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. REJEIÇÃO. NULIDADE DA PROVA OBTIDA MEDIANTE PRINTS DE WHATSAPP. INEXISTÊNCIA. CADEIA DE CUSTÓDIA. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. REITERAÇÃO DE CONDUTAS CONFIGURADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0012967-33.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: ALDEMAR STERNADT JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023).**

APELAÇÃO CRIMINAL. PROCESSO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ART. 307 DO CP. PLEITO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE POR DETRAÇÃO. CONTROVÉRSIA ACERCA DA COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO. LEI 12.736/2012 QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 387 DO CPP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE ORIGEM VISANDO A FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL DA PENA. ART. 66, II, III, “C” DA

LEI 7.210/84. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO JUÍZO DE EXECUÇÃO PARA DELIBERAR SOBRE EVENTUAL PROGRESSÃO DE REGIME OU EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. MOMENTOS DISTINTOS. ADEMAIS, NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM REALIZADAS NO JUÍZO DE ORIGEM. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE REDUÇÃO DA PENA QUE NÃO MERECE PROSPERAR. COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA JÁ REALIZADA NA SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA. HIPÓTESE PREVISTA PELOS TEMAS 585 DO STJ E 929 DO STF. FALTA DE INTERESSE DE AGIR CARACTERIZADA. RECURSO PREJUDICADO. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0009295-37.2022.8.16.0174](#) - União da Vitória - Rel.: TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 30/11/2023).**

APELAÇÃO CRIMINAL - QUEIXA-CRIME – DELITO CONTRA A HONRA – DIFAMAÇÃO – DECISÃO QUE REJEITOU A QUEIXA-CRIME POR FALTA DE JUSTA CAUSA – INCONFORMISMO DA QUERELANTE -- NÃO ACOLHIMENTO - AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO ESPECÍFICO – ACUSADO QUE OPINOU E CRITICOU TRATAMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO EM PACIENTE PELA QUERELANTE – CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO CONFIGURA CONDUTA CRIMINOSA - INTENÇÃO DE DIFAMAR A VÍTIMA NÃO CARACTERIZADA - SENTENÇA MANTIDA – PRECEDENTES DA TURMA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0003789-02.2022.8.16.0103](#) - Lapa - Rel.: MARCO VINICIUS SCHIEBEL JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 04/10/2023).**

APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 34 DA DECRETO-LEI N. 3.688/41. CONTRAVENÇÃO PENAL REVOGADA TACITAMENTE PELO CTB. POSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO PELO JUIZ DA DECISÃO QUE RECEBEU ANTERIORMENTE A DENÚNCIA. DECISÃO EQUIVALENTE AO HABEAS CORPUS. FATOS CORRETAMENTE DESCRITOS NA DENÚNCIA E QUE SE ADEQUAM, EM TESE, AO CRIME PREVISTO NO ART. 311, DO CTB. POSSIBILIDADE DE EMENDATIO LIBELLI, ART, 393, CPP. INCORRETA A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. AÇÃO PENAL QUE DEVE PROSSEGUIR. SENTENÇA REFORMADA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SÚMULA 709/STF. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0000394-35.2019.8.16.0029](#) - Lapa - Rel.: TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- J. 02/12/2023).**

RECURSO INOMINADO. RESIDUAL. VINCULAÇÃO DE REPORTAGEM IMPONDO AO AUTOR COMETIMENTO DE SUPOSTO CRIME. AUTOR QUE É ENFERMEIRO DE PRONTO ATENDIMENTO E FOI ACUSADO DE AGREDIR PACIENTE EM MATÉRIA TELEVISIVA. NO ENTANTO, NÃO RESTOU COMPROVADO O COMETIMENTO DE NENHUM ILÍCITO PELA PARTE AUTORA, EVIDENCIANDO QUE A RÉ DIVULGOU INFORMAÇÃO INVERÍDICA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO VALOR DE R\$ 20.000,00. RECURSO INOMINADO, DA PARTE RÉ, A FIM DE REFORMAR A SENTENÇA, JULGANDO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. EMBORA A RÉ ALEGUE QUE NÃO EXISTEM DANOS MORAIS INDENIZÁVEIS UMA VEZ QUE A REPORTAGEM FOI VEROSSÍMIL E DE INTERESSE PÚBLICO, DE MODO A SER AMPARADA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA. PRIMEIRAMENTE, RESSALTA-SE QUE O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO SE TRATA DE DIREITO ABSOLUTO. A REPORTAGEM MENCIONOU O NOME DO AUTOR, MOSTROU A FACHADA DE SUA RESIDÊNCIA, E ATRIBUIU A PARTE CRIME DE LESÃO CORPORAL, SEM A DEVIDA SENTENÇA CRIMINAL COM O TRÂNSITO EM JULGADO. ASSIM, EM ANÁLISE AOS AUTOS NOTA-SE QUE EXISTIU ABUSO DO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO, UMA VEZ QUE ATINGEM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. ANIMUS CALUNIANDI CONFIGURADO. DANOS MORAIS DEVIDOS, TENDO EM VISTA QUE A SITUAÇÃO ULTRAPASSA O MERO DISSABOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. PLEITO PARA MINORAR OS DANOS MORAIS. CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO E OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, DANOS MORAIS MINORADOS PARA O MONTANTE DE R\$ 8.000,00. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS, POIS LOGROU PARCIAL ÊXITO NO RECURSO. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000406-64.2022.8.16.0184](#) - Curitiba - Rel.: T DENISE HAMMERSCHMIDT JUIZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 23/10/2023).**

## 12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

RECURSO INOMINADO – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER – ROMPIMENTO DE PASSAGEM DE ÁGUA – ÁGUA CONTAMINADA - IMPRÓPRIA PARA CONSUMO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RECLAMANTE – RELAÇÃO DE CONSUMO – NEXO DE CAUSALIDADE VERIFICADO – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 4.1 (RESPONSABILIDADE CIVIL) DA TR/PR – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO – ART. 37, §6º DA CF – ART. 14 E ART. 22 DO CDC – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM ARBITRADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) – ADEQUADO PARA SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA – PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 1, “A”, DA TRP/PR – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002490-97.2020.8.16.0187](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 30.11.2023)**

RECURSO INOMINADO – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – FATURA QUITADA AINDA QUE A DESTEMPO – IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS POR DÉBITOS PRETÉRITOS – INTERRUÇÃO QUE PRESSUPÕE O INADIMPLEMENTO DE DÚVIDA ATUAL, RELATIVA AO MÊS DE CONSUMO – ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ – INSURGÊNCIA DA RECLAMADA – ALEGAÇÃO DE ERRO NA DIGITAÇÃO DO CÓDIGO DE BARRAS – INCONSISTÊNCIAS QUE NÃO PODEM RESPONSABILIZAR O CONSUMIDOR – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 4.1 E 4.2 (RESPONSABILIDADE CIVIL) DA TR/PR – CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – ART. 37, §6º, DA CF – ART. 14 E ART. 22 DO CDC – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO PELO JUÍZO DA ORIGEM EM R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) – VALOR QUE DEVE SER MANTIDO – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 1, “A”, DA TRP/PR – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001061-94.2017.8.16.0092](#) - Imbituva - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 26.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SANEPAR. AÇÃO CONDENATÓRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS AFASTADA. MÉRITO. CRISE HÍDRICA. SISTEMA DE RODÍZIO DEVIDO À ESTIAGEM. REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ. ALEGAÇÃO DA AUTORA DE INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE PASSAGEM DE AR PELA TUBULAÇÃO. RÉ QUE TENTOU ATENUAR OS DANOS GERADOS PELA FALTA DE CHUVA. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL. APLICAÇÃO DE TESE “B” FIRMADA NO IRDR Nº 1.676.846-42. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [000231-34.2020.8.16.01540](#) - Santo Antônio do Sudoeste - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS* TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 30.11.2023)**

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COPEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E EMERGENTES C/C LUCROS CESSANTES. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE FRANGOS EM AVIÁRIO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DE AMBAS AS PARTES. REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL PRESENTES. ARTIGO 37, §6º DA CF/88. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA CONFIGURADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RECONHECIDA. DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES COMPROVADOS. DEVER DA COPEL EM INDENIZAR OS PREJUÍZOS SUPOSTOS PELO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DO AUTOR CONHECIDO E PROVIDO.

**(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0003187-71.2021.8.16.0159](#) - São Miguel do Iguaçu - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS* TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 04.10.2023)**

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COPEL. SERVIÇO PÚBLICO. INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. PARAÍSO DO NORTE/PR. OUTUBRO/2021 E OUTUBRO/2022. SUSPENSÃO EM DECORRÊNCIA DE SEVERO EVENTO CLIMÁTICO QUE ATINGIU A REGIÃO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE (FORÇA MAIOR). CREDIBILIDADE E VALOR PROBATÓRIO DO LAUDO TÉCNICO APRESENTADO PELA PARTE RÉ. AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DE OFENSA A DIREITO PERSONALÍSSIMO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTE DO STJ.

IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001615-45.2022.8.16.0127](#) - Paraíso do Norte - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN* - J. 15.12.2023)**



**TJPR**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ